

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Introdução:
 Senhores, Autoridades e Clientes,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Banco", "Instituição" ou "Deutsche") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Destaque do exercício:
Resultado do exercício - O lucro líquido do exercício foi impactado por um aumento expressivo de aproximadamente 427% no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com instrumentos financeiros derivativos, principalmente nas operações com Futuros, parcialmente compensado por uma queda no resultado com operações a termo, bem como (ii) reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por outro lado, o resultado com operações de câmbio apresentou uma queda comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, impactando de forma negativa o lucro líquido de 2021.

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de **Corporate Bank** (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultados acima do esperado para o ano de 2021, devido a melhores retornos na carteira de crédito (incluindo em comissões) e ao impacto do aumento da taxa CDI durante o ano. Já a área de **Investment Bank** (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelos resultados em derivativos, operações a termo e câmbio mencionados acima, bem como por resultados advindos de transações estruturadas e de câmbio realizadas, principalmente, no segundo semestre. Isso fez com que a área de **Investment Bank** apresentasse performance em linha com as expectativas realizadas durante o ano, estas, por sua vez influenciadas pela volatilidade de mercado. A alta da taxa CDI durante o ano também impactou significativamente os ganhos referentes aos juros sobre o capital, sendo estes, parcialmente remetidos à matriz.

Patrimônio Líquido - O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2021 em R\$ 2,3 bilhões, aproximadamente R\$ 700 milhões superior ao montante apresentado em dezembro de 2020 (R\$ 1,6 bilhões), principalmente em razão do aumento de capital no montante de R\$ 648 milhões deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária datada de 22 de dezembro de 2021. O Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital em 30 de dezembro de 2021.

Na data de 22 de dezembro de 2021, foi aprovada ainda a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 50 milhões (dezembro de 2020 – zero).

Patrimônio de Referência e Índice de Basileia - De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, revogada a partir de 03 de janeiro de 2022 pela Resolução CMN 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2021 (dezembro de 2020 – R\$ 1,5 bilhão). Em 31 de dezembro de 2021, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 29,60% e 17,96%, respectivamente (dezembro de 2020 – 18,82% e 12,27%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 11,8 bilhões (dezembro de 2020 – R\$ 12,5 bilhões).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:
 • Títulos e valores mobiliários – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 2,2 bilhões originados da carteira de negociação.

• Ao final do exercício o Banco possuía R\$ 206 milhões em títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

• Derivativos – Queda no portfólio de aproximadamente R\$ 292 milhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX), parcialmente compensado pelo registro de novas operações de Opções.

• Carteira de créditos – Aumento no montante da carteira no volume aproximado de R\$ 274 milhões decorrente de novas operações de empréstimos nas modalidades capital de giro, conta garantida e outros – cédulas de crédito bancário, parcialmente compensado por uma queda em financiamentos à exportação.

• Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2021 apresentou uma queda de R\$ 1,3 bilhão decorrente, principalmente, da variação nas operações de câmbio comprado a liquidar e direitos sobre vendas de câmbio interdepartamental e arbitragem.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:
 • Depósitos a prazo – Aumento de aproximadamente R\$ 524 milhões, justificado por captações de clientes em ramos pulverizados.

• Empréstimos no exterior – Redução de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão no volume de captações de curto prazo junto a empresas do grupo.

• Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2021 apresentou uma queda de R\$ 865 milhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de câmbio comprado a liquidar e direitos sobre vendas de câmbio interdepartamental e arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria: Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.198/04 (conforme alterada), encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco ("Comitê"), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 24 de março de 2022.

Gestão Corporativa de Risco: Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal,

cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a direção executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19 (conforme alterada pela Resolução BCB nº 54/20), no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>.

Atuação: Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. O Deutsche tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Em complemento, a Instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.

O Grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. A atuação do banco local e global foi premiada em 2018. Pelo segundo ano consecutivo, o Deutsche Bank foi reconhecido pelo Euromoney Trade Finance Survey como "Best Trade Finance Provider in Western Europe and Asia Pacific" em 2018 e como "Best Trade Finance in Brazil" e "Best Global Trade Finance Provider" em 2017. Ainda em 2017, a atuação do Banco em derivativos e investimento foram reconhecidas pela Risk Magazine nas categorias "Institutional Investment Product of the Year" e "Currency Derivatives House of the Year". Em 2020, o Banco recebeu da Euromoney o prêmio de "World's Best Bank Transformation", demonstrando o empenho da Instituição em focar novamente em suas melhores competências, ser mais eficiente e melhor posicionado para o futuro.

Atividades culturais e sociais: O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Americas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS). Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade socioambiental: Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.327/14, o Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) instituiu um programa de risco reputacional referido como *Global Reputational Risk Guidelines* (Diretrizes de Risco Reputacional do Grupo DB), que define os riscos socioambientais como parte integrante dos riscos reputacionais e define medidas a serem seguidas com o objetivo de monitorar e, quando necessário, mitigar estes riscos.

Dessa forma, o Banco reconhece o risco socioambiental como parte integrante do escopo de risco reputacional, devendo ser tratado sob a mesma perspectiva, não obstante ainda à possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais causados direta ou indiretamente pela ausência de atuação proativa do DB Brasil na avaliação dos riscos inerentes às atividades exercidas pelos clientes.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental do Deutsche Bank Brasil pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-de-conduta>.

Canal de denúncias: Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page: Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "Home Page" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2022.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020 (Reapresentado)	Em 1º de Janeiro de 2020 (Reapresentado)		Nota	Dezembro 2021	Dezembro 2020 (Reapresentado)	Em 1º de Janeiro de 2020 (Reapresentado)
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		9.841.094	11.109.887	8.798.502	Circulante		7.794.573	8.925.622	7.483.268
Disponibilidades	6	132.288	1.587.601	118.538	Depósitos e demais instrumentos financeiros		7.456.459	8.701.864	7.319.742
Instrumentos financeiros		9.753.818	9.335.279	8.532.327	Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	3.372.709	2.521.040	1.646.650
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	2.760.314	2.930.637	1.807.937	Obrigações por empréstimos e repasses	15	1.942.740	3.000.983	1.358.633
Carteira de câmbio	11	1.714.127	3.326.717	4.551.667	Instrumentos financeiros derivativos	9	425.408	280.832	189.416
Títulos e valores mobiliários	8	3.291.117	1.064.524	615.482	Carteira de câmbio	11	1.715.602	2.899.009	4.125.043
Instrumentos financeiros derivativos	9	140.650	389.840	156.745	Provisões	18	11.235	12.091	202
Títulos e créditos a receber	10	1.016.322	954.313	735.513	Obrigações fiscais correntes	16	36.016	36.365	25.893
Operações de crédito	10	831.288	669.248	664.983	Imposto de renda e contribuição social - Corrente		28.975	29.161	16.579
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(123.193)	(1.980)	(1.094)	Outras		7.041	7.204	9.314
Ativos fiscais correntes		37.901	35.867	29.894	Outros passivos	17	290.863	175.302	137.411
Impostos e contribuições a compensar		37.901	35.867	29.894	Não circulante		1.723.435	2.006.052	594.379
Outros ativos	12	40.280	153.120	118.837	Exigível a longo prazo				
Não circulante		1.963.358	1.372.218	877.491	Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.466.033	1.662.032	313.756
Realizável a longo prazo					Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	314.757	769.011	70.321
Instrumentos financeiros		1.242.165	859.052	432.044	Instrumentos financeiros derivativos	9	713.406	772.851	243.435
Carteira de câmbio	11	427.858	121.278	9.642	Carteira de câmbio	11	437.870	120.170	-
Títulos e valores mobiliários	8	323.391	304.912	234.622	Provisões	18	186.540	300.326	223.747
Instrumentos financeiros derivativos	9	257.561	300.160	1.813	Outros passivos	17	70.862	43.694	56.876
Títulos e créditos a receber	10	22.879	34.038	9.776	Resultado de exercícios futuros		10.886	4.144	3.859
Operações de crédito	10	210.476	98.664	176.191	Resultados de exercícios futuros		10.886	4.144	3.859
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(2.789)	(43.012)	(3.401)	Patrimônio líquido		2.288.546	1.560.429	1.604.756
Ativos fiscais diferidos		202.701	243.166	186.677	Capital social	21 (a)	1.644.551	996.551	996.551
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	13	202.701	243.166	186.677	Reservas de lucros	21 (b)	655.735	576.660	625.432
Outros ativos	12	521.281	313.012	262.171	Outros resultados abrangentes	21 (c)	(11.740)	(12.782)	(17.227)
Imobilizado de uso		12.988	14.142	10.269	Total do passivo e patrimônio líquido		11.817.440	12.496.247	9.686.262
Outras imobilizações de uso		58.135	58.813	54.307					
Depreciações acumuladas		(45.147)	(44.671)	(44.038)					
Total do ativo		11.817.440	12.496.247	9.686.262					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Receitas de intermediação financeira		288.257	497.017	110.569
Operações de crédito		49.961	80.638	88.913
Aplicações interfinanceiras de liquidez		38.551	59.986	52.441
Títulos e valores mobiliários		40.876	54.298	41.922
Aplicações em moedas estrangeiras		4.099	5.313	1.710
Instrumentos financeiros derivativos	9 (f)	154.770	296.782	(74.417)
Despesas de intermediação financeira		(114.915)	(225.368)	(59.065)
Operações de captação no mercado		(83.561)	(119.558)	(50.736)
Operações de empréstimos e repasses		(12.305)	(20.884)	(39.823)
Resultado de operações de câmbio	23 (i)	(4.932)	(72.820)	155.753
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(14.117)	(12.106)	(124.259)
Resultado bruto de intermediação financeira		173.342	271.649	51.504
Outras receitas / (despesas) operacionais		6.261	(68.958)	(129.748)
Receitas de prestação de serviços	23 (b)	54.040	103.691	93.270
Benefícios a empregados	23 (c)	(51.975)	(139.165)	(143.539)
Outras despesas administrativas	23 (e)	(47.657)	(103.330)	(103.938)
Despesas tributárias	23 (f)	(17.955)	(28.121)	(20.240)
Provisões / reversões de provisões para contingências		39.195	39.234	6.464
Outras receitas operacionais	23 (g)	43.905	69.975	71.960
Outras despesas operacionais	23 (h)	(13.292)	(11.242)	(33.725)
Resultado operacional		179.603	202.691	(78.244)
Resultado não operacional		(783)	(787)	(987)
Resultado antes dos tributos e participações		178.820	201.904	(79.231)
Imposto de renda e contribuição social		(49.224)	(68.584)	30.459
Imposto de renda corrente	22	(15.537)	(15.538)	(16.759)
Contribuição social corrente	22	(13.428)	(13.434)	(12.908)
Ativo fiscal diferido	13 (c) / 22	(20.259)	(39.612)	60.126
Participações nos lucros e resultados		(4.245)	(4.245)	-
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre/exercício		125.351	129.075	(48.772)
Quantidade de ações	21 (a)	1.119.390.296	1.119.390.296	801.494.530
Lucro / (Prejuízo) por ação básico - R\$	21 (e)	0,11	0,12	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	125.351	129.075	(48.772)
Outros resultados abrangentes	5.473	1.042	4.445
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
T.V.M. disponíveis para venda - Líquido do efeito tributário	(3.967)	(8.398)	(1.294)
Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
Ajuste de avaliação atuarial - Líquido do efeito tributário	9.440	9.440	5.739
Resultado abrangente do semestre / exercício	130.824	130.117	(44.327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		(38.857)	142.358	79.121
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre/exercício		125.351	129.075	(48.772)
Ajustes ao lucro líquido:		(164.208)	13.283</	

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as cartéis comerciais, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução do BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com a do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 24 de março de 2022.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior - Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a reapetição dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. A expectativa dos assessores jurídicos externos é que o Banco Central do Uruguai deverá concluir o processo de encerramento até o final de 2022.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Principais práticas contábeis:
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 - Mensuração do valor Justo.

Adicionalmente, o BACEN editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:
 Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
 Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.
 Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.
 Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
 Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2021.
 Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
 Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.
 Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.
 Resolução nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros
• Títulos e valores mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.
 O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:
 i) **Títulos para negociação:** são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
 ii) **Títulos disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrued") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
 iii) **Títulos mantidos até o vencimento:** são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

• Instrumentos financeiros derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedge").
 As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
 Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender às demandas de clientes, bem como as necessidades de administrar a exposição global de risco.
 Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:
 i) **"Hedge" de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
 ii) **"Hedge" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.**

Os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve "hedge accounting".

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e depósitos em mercado aberto
 As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelo respectivo encargo, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação *pro rata* dia é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.
 As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais *pro rata* dia.

• Operações de crédito
 As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.
 As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, as demandas de clientes e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.
 As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
 As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.823/09, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:
 i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
 ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.
 Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.
 A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 da CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras
 Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados *pro rata* dia.

f. Imobilização de uso e depreciações acumuladas
 Até dezembro de 2016, o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.
 A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo
 Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social
 As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.
 No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigor novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social fiscal estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

i. Redução ao valor recuperável de ativos - "Impairment"
 O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos - "impairment".
 De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
 Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

5. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS
 As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, bem como os saldos de abertura referentes a 1º de janeiro de 2020, foram ajustados e estão sendo reapresentados para fins de correção do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores.
 Após a realização de análises da metodologia de cálculo e conciliação das bases de cálculo do ativo e passivo fiscais diferidos (estoque) versus o saldo das diferenças de curva de contratos Futuros, conforme informações disponibilizadas pela B3, o Banco procedeu ao ajuste do saldo do ativo fiscal diferido de IRL e CSLL.
 A aplicação retrospectiva da correção do saldo de ativo fiscal diferido para fins de apresentação das demonstrações financeiras está em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o qual dispõe que, a entidade deve retificar os saldos de abertura de ativos, passivos e patrimônio líquido para o período mais antigo para o qual seja praticada a reapresentação retrospectiva.
 Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2020			
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Ativos fiscais diferidos	273.609	(30.443)	243.166
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	273.609	(30.443)	243.166
Total do ativo	12.526.690	(30.443)	12.496.247
Patrimônio líquido	1.590.872	(30.443)	1.560.429
Reservas de lucros	607.103	(30.443)	576.660
Total do passivo e patrimônio líquido	12.526.690	(30.443)	12.496.247
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020	607.103	(30.443)	576.660
Reserva de lucros em 30 de junho de 2021	610.827	(30.443)	580.384

1º de janeiro de 2020			
	Original	Ajuste	Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Ativos fiscais diferidos	217.120	(30.443)	186.677
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	217.120	(30.443)	186.677
Total do ativo	9.716.705	(30.443)	9.686.262
Patrimônio líquido	1.635.199	(30.443)	1.604.756
Reservas de lucros	655.875	(30.443)	625.432
Total do passivo e patrimônio líquido	9.716.705	(30.443)	9.686.262
Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Reserva de lucros em 1º de janeiro de 2020	655.875	(30.443)	625.432

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Banco Central do Brasil - Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	26.222	22.058
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a)	106.066	1.565.543
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 7)	1.517.984	2.532.993
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.650.272	4.120.594

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 104.476 refere-se a transações com partes relacionadas (dezembro 2020 - R\$ 1.564.720) (nota 20 (a)).
 (b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
 a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.989	1.499.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	699.995	1.032.999
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.000	-
Subtotal - Operações compromissadas	1.517.984	2.532.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	321.611	397.644
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 20 (a))	920.719	-
Subtotal - Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	1.242.330	397.644
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.760.314	2.930.637

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Custo atualizado	Dezembro 2021		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.989	799.989	-	799.989
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	699.995	699.995	-	699.995
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.000	18.000	-	18.000
Subtotal	1.517.984	1.517.984	-	1.517.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	321.611	284.584	37.027	361.611
Moeda estrangeira	920.719	920.719	-	920.719
Subtotal	1.242.330	1.205.303	37.027	1.242.330
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.760.314	2.723.287	37.027	2.760.314

	Custo atualizado	Dezembro 2020		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.499.994	1.499.994	-	1.499.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	1.032.999	1.032.999	-	1.032.999
Subtotal	2.532.993	2.532.993	-	2.532.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	397.644	279.632	118.012	397.644
Subtotal	397.644	279.632	118.012	397.644
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.930.637	2.812.625	118.012	2.930.637

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiadas na B3.
 O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo
 O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação (ii)	1.901.972	1.882.597	655.216	659.150
Carteira própria	461.201	459.739	655.216	659.150
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	236.176	235.713	537.626	538.871
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	27.565	27.094	718	725
Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F)	197.460	196.932	116.872	119.554
Vinculados à prestação de garantias	1.440.771	1.422.858	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.129.546	1.110.468	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F)	311.225	312.390	-	-
Disponíveis para venda	1.540.928	1.526.270	709.676	710.286
Carteira própria	298.193	296.642	674.672	675.282
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	246.808	245.482	563.500	566.342
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	51.385	51.160	111.622	108.940
Vinculados à prestação de garantias	1.242.735	1.229.628	35.004	35.004
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	551.861	541.623	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	654.235	651.366	-	-
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB")	36.639	36.639	35.004	35.004
Mantidos até o vencimento	205.641	215.239	-	-
Carteira própria	205.641	215.239	-	-
Debêntures (i)	205.641	215.239	-	-
Total	3.648.541	3.624.106	1.364.892	1.369.436

(i) As debêntures estão classificadas como títulos mantidos até o vencimento e são avaliadas pelo custo amortizado. Caso fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 31 de dezembro de 2021, um ajuste positivo de R\$ 9.598. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da operação foi de R\$ 2.057 (nota 10 (d)).

b. Composição por prazo de vencimento
 Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Dezembro 2021					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor de Mercado

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

a. Composição por indexador:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
Operações de swap	136.175	(884.815)	12.971.148	5.115.929
CDI x USD	38.022	-	789.337	885.633
CDI x Libor	5.905	(5.905)	336.611	161.700
Pré x EUR	353	-	20.826	181.879
USD x Pré	80.275	(572.463)	3.520.856	1.288.562
USD x Libor	11.620	(9.703)	7.254.650	-
CDI x Pré	-	(4.863)	49.234	-
EUR x Pré	-	(12.749)	303.951	-
USD x CDI	-	(279.132)	695.683	-
Pré x USD	-	-	-	2.398.956
Pré x CDI	-	-	-	37.499
Libor x CDI	-	-	-	161.700
NDF de moeda	106.547	(100.221)	5.898.664	7.510.631
Posição comprada	73.546	(4.715)	1.215.456	2.123.921
Posição vendida	33.001	(95.506)	4.683.208	5.386.710
NDF de commodities	25.016	(23.333)	380.282	-
Posição comprada	25.016	-	190.419	-
Posição vendida	-	(23.333)	189.863	-
Opções de moeda	994	(994)	100.000	-
Compra de opção de compra	765	-	25.000	-
Venda de opção de compra	-	(765)	25.000	-
Compra de opção de venda	229	-	25.000	-
Venda de opção de venda	-	(229)	25.000	-
Opções de commodities	122.733	(122.733)	538.550	-
Compra de opção de compra	58.018	-	141.225	-
Venda de opção de compra	-	(58.018)	141.225	-
Compra de opção de venda	64.715	-	128.050	-
Venda de opção de venda	-	(64.715)	128.050	-
Futuros (1)	5.414	(182.892)	18.007.660	14.303.945
Posição comprada	-	(178.326)	8.573.339	7.475.402
Dólar (US\$)	-	(9.416)	541.799	2.867.920
Cupom cambial - DDI	-	(168.910)	8.031.540	4.607.482
Posição vendida	5.414	(4.566)	9.434.321	6.828.543
Dólar (US\$)	5.079	-	251.123	-
Cupom cambial - DDI	335	-	15.021	96.774
DI de 1 dia	-	(4.566)	9.168.177	6.731.769
Termo de título público	6.746	(6.718)	6.750	-
Compra a termo de títulos públicos	1.928	(1.932)	1.932	-
Venda a termo de títulos públicos	4.818	(4.786)	4.818	-
Total	403.625	(1.321.706)	37.903.054	26.930.505

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros passivos - Negociação e intermediação de valores" (nota 17 (a)).

b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Dezembro 2021				
	Instituições financeiras	Corporate/Setor		B3	Total
		Público	Institucional		
Operações de swap	2.712.779	4.075.878	6.182.491	-	12.971.148
NDF de moeda	-	5.874.572	24.092	-	5.898.664
NDF de commodities	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	319.275	319.275	-	638.550
Operações com futuros	-	-	-	18.007.660	18.007.660
Termo de título público	-	-	-	6.750	6.750
Total	2.712.779	10.460.144	6.722.471	18.007.660	37.903.054

	Dezembro 2020				
	Instituições financeiras	Corporate/Setor		B3	Total
		Público	Institucional		
Operações de swap	1.999.462	636.860	2.479.607	-	5.115.929
NDF de moeda	-	7.471.863	38.768	-	7.510.631
Operações com futuros	-	-	-	14.303.945	14.303.945
Total	1.999.462	8.108.723	2.518.375	14.303.945	26.930.505

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Dezembro 2021			Total
	Bolsa	Balcão		
Operações de swap	-	12.971.148	-	12.971.148
NDF de moeda	-	5.898.664	-	5.898.664
NDF de commodities	-	380.282	-	380.282
Opções	-	638.550	-	638.550
Operações com futuros	-	-	18.007.660	18.007.660
Termo de título público	-	-	6.750	6.750
Total	-	18.007.660	19.895.394	37.903.054

	Dezembro 2020			Total
	Bolsa	Balcão		
Operações de swap	-	5.115.929	-	5.115.929
NDF de moeda	-	7.510.631	-	7.510.631
Operações com futuros	-	-	14.303.945	14.303.945
Total	-	14.303.945	12.626.560	26.930.505

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Dezembro 2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	-	-	353	135.822	136.175
NDF de moeda e commodities	53.216	47.233	31.114	-	131.563
Opções	254	33.201	90.272	-	123.727
Termo de título	6.746	-	-	-	6.746
Total	60.216	80.434	121.739	135.822	398.211
Passivo					
Swaps	(282.012)	(5.078)	(425.149)	(172.576)	(884.815)
NDF de moeda e commodities	(52.280)	(45.885)	(25.182)	(227)	(123.554)
Opções	(254)	(33.201)	(90.272)	-	(123.727)
Termo de título	(6.718)	-	-	-	(6.718)
Total	(341.264)	(84.144)	(540.603)	(172.803)	(1.138.814)

	Dezembro 2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	40.184	-	1.618	285.099	326.901
NDF de moeda	182.964	166.692	13.443	-	363.099
Total	223.148	166.692	15.061	285.099	690.000
Passivo					
Swaps	-	-	(624.347)	(148.345)	(772.692)
NDF de moeda	(236.886)	(43.946)	(159)	-	(280.991)
Total	(236.886)	(43.946)	(624.506)	(148.345)	(1.053.683)

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, termo de moeda e commodities, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo				
Operações de swap	(13.812)	149.987	136.175	326.901
NDF (moeda e commodities)	152.106	(20.543)	131.563	363.099
Opções	135.079	(11.352)	123.727	-
Termo de título	6.750	(4)	6.746	-
Total	280.123	118.088	398.211	690.000
Passivo				
Operações de swap	(600.731)	(284.084)	(884.815)	(772.692)
NDF (moeda e commodities)	(135.918)	12.364	(123.554)	(280.991)
Opções	(143.793)	20.066	(123.727)	-
Termo de título	(6.750)	32	(6.718)	-
Total	(887.192)	(251.622)	(1.138.814)	(1.053.683)

f. Resultado com derivativos:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Operações de swap	(414.867)	(204.535)	(185.521)
NDF de moeda e commodities	(383.715)	(173.723)	80.324
Futuros	944.637	666.325	30.780
Opções	8.715	8.715	-
Total	154.770	296.782	(74.417)

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
Operações de crédito				
Empréstimos	-	859.223	-	463.371
Títulos descontados	-	132.736	-	151.841
Financiamentos à importação e exportação	-	49.805	-	152.700
Subtotal	-	1.041.764	-	767.912
Outros créditos				
Compra de recebíveis	-	1.039.201	-	988.351
Créditos por avais e fianças honradas	-	121.731	-	42.715
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 11)	-	28.780	-	367.392
Rendas a receber de ACC (nota 11)	-	468	-	6.918
Subtotal	-	1.190.180	-	1.405.376
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	-	2.231.944	-	2.173.288
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(125.982)	-	(44.992)
Provisão para garantias prestadas (nota 18)	-	(19.540)	-	(88.424)
Total	-	(145.522)	-	(133.416)

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzem significativamente o risco de crédito da operação, através da melhoria da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	2º Semestre		Exercícios	
	2021	2021	2021	2020
Saldo inicial	(131.405)	(133.416)	(133.416)	(9.155)
Constituição no semestre / exercício	(117.998)	(153.309)	(153.309)	(186.923)
Reversões no semestre / exercício	103.881	141.203	141.203	62.662
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(145.522)	(145.522)	(145.522)	(133.416)

a.1. Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo, bem como baixas para prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve renegociação de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve uma renegociação de crédito realizada com empresa do setor aéreo.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
CCB	-	-	-	-	-	-	-	-	53.239
Capital de giro	-	21.211	88.601	27.275	13.043	60.547	51.666	108.494	370.837
Financiamento à importação/exportação (1)	-	1.017	4.261	15.985	-	22.509	6.033	-	49.805
Conta garantida	-	41.710	65.014	136.177	12.600	108.830	70.816	-	435.147
Outros créditos e emp.	121.731	-	-	176	-	207	85	-	122.199
Recebíveis/títulos de crédito a receber (2)	1.406	350.181	280.523	233.206	105.290	37.894	7.822	22.879	1.039.201
ACC/ACE (3)	-	-	-	-	-	7.115	5.707	15.958	28.780
Títulos descontados	-	6.739	6.589	10.623	6.051	17.021	36.970	48.743	132.736
Total dezembro 2021	123.137	420.858	444.988	430.557	136.984	252.715	189.350	233.355	2.231.944
Total dezembro 2020	48.730	422.915	327.280	573.492	193.850	252.681	221.491	<	



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2022 – 32,80%; 2023 – 34,73% e 2024 – 32,47%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 166.563 (dezembro 2020 – R\$ 241.085).

(c) Efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes
 Em 31 de dezembro de 2021, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente dos registros de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal Receita / (despesa)	Outras diferenças temporárias Receita / (despesa)	Efeito líquido Receita / (despesa)
Imposto de renda.....	(6.913)	(15.813)	(22.726)
Contribuição social.....	(5.088)	(12.651)	(17.739)
Efeito em 2021(*).....	(12.001)	(28.464)	(40.465)
Efeito em 2020.....	(13.327)	69.816	56.489

(*) A diferença entre o efeito no resultado líquido em 2021 e 2020 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R\$ (853) (dezembro 2020 – R\$ 3.637).

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Depósitos a prazo (a).....	3.077.780	2.581.597
Depósitos à vista (b).....	609.686	581.569
Depósitos interfinanceiros (c).....	-	126.885
Total.....	3.687.466	3.290.051

(a) Depósitos a prazo
 Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 106% (dezembro 2020 – entre 70% e 110%). Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 380.807 (dezembro 2020 – R\$ 11.464) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 20 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	601.971	167.514
3 a 12 meses.....	2.161.052	1.771.957
1 a 3 anos.....	314.757	637.064
Acima de 3 anos.....	-	5.062
Total.....	3.077.780	2.581.597

(b) Depósitos à vista
 Do montante total de depósitos à vista, R\$ 8.611 (dezembro 2020 – R\$ 4.484) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 20 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros
 Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%. Em 31 de dezembro de 2020, a totalidade dos depósitos interfinanceiros (R\$ 126.885) possui data de vencimento superior a 3 anos (dezembro 2021 – zero).

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Obrigações por tomadas de linha (a).....	1.911.155	2.556.368
Obrigações por empréstimos no exterior (b).....	31.585	62.859
Financiamentos à exportação (c).....	-	381.756
Total (nota 20 (a)).....	1.942.740	3.000.983

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 0,89% ao ano e vencimento em março de 2022.
 (b) Referem-se basicamente às captações com DB New York, em Dólar, com taxa de juros de até 0,89% e vencimento até março de 2022.
 (c) Em 31 de dezembro de 2020, referem-se basicamente às captações com o DB AG New York, em Dólar, com taxa de juros de até 1,26% ao ano e vencimento até maio de 2021.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Impostos e contribuições sobre lucros.....	28.975	29.161
Impostos e contribuições a recolher (IR fonte, ISS etc.).....	7.041	7.204
Total.....	36.016	36.365

17. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Negociação e intermediação de valores (a).....	213.047	60.131
Relações interdependências.....	58.972	79.795
Diversos (b).....	89.706	79.070
Total.....	361.725	218.996

(a) Negociação e intermediação de valores
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, negociação e intermediação de valores refere-se a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 177.478 (dezembro 2020 – R\$ 27.336) (nota 9 (a)) e a credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 35.569 (dezembro 2020 – R\$ 32.795).

(b) Diversos
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, diversos referem-se a:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Despesas de pessoal.....	49.067	52.002
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior.....	35.176	23.284
IOF a recolher.....	2.913	220
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros.....	1.787	2.155
Outras despesas administrativas.....	754	1.409
Credores diversos – País.....	9	-
Total.....	89.706	79.070

18. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante:		
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10).....	11.235	12.091
Subtotal.....	11.235	12.091
Não Circulante:		
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10).....	8.305	76.333
Riscos fiscais e administrativos (nota 19).....	112.175	145.537
Passivo atuarial (nota 23 (d)).....	60.840	69.066
Passivo contingente (nota 19).....	5.220	9.390
Subtotal.....	186.540	300.326
Total.....	197.775	312.417

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição total referente a garantias financeiras prestadas monta R\$ 2.762.545 (dezembro 2020 – R\$ 2.995.197).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de rating de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada ("Expected Loss - EL"), o qual diferencia a probabilidade de inadimplimento ("Probability of Default - PD") de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplimento venha a ocorrer. Para cada tomador ("pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico"), será atribuída uma PD de contraparte ("Counterparty Probability of Default - CPD"). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entre em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito).....	2.762.545	19.540	2.995.197	88.424

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de riscos, são demonstrados a seguir:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
Nível de risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA.....	2.323.517	-	2.397.837	-
A.....	192.637	963	112.630	563
B.....	36.069	361	220.178	2.202
C.....	198.048	5.942	184.426	5.533
D.....	-	-	-	-
H.....	12.274	12.274	80.126	80.126
Total.....	2.762.545	19.540	2.995.197	88.424

19. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciais e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2020	Reversão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2021
Fiscais					
IR/CS (a).....	7.464	-	-	84	7.548
INSS (b).....	137.655	(34.872)	-	1.417	104.200
Total fiscais.....	145.119	(34.872)		1.501	111.748
Trabalhistas.....	9.390	(1.469)	(3.204)	503	5.220
Administrativo (c).....	417	-	-	10	427
Total provisões.....	154.926	(36.341)	(3.204)	2.014	117.395

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 4.955 (dezembro 2020 – R\$ 4.871), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída, em setembro de 2019, uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2021) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano-base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.
 Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada à suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 104.200 (dezembro 2020 – R\$ 137.655), representando uma reversão do valor de provisão decorrente da revisão legal e reconhecimento dentro do processo da redução da multa aplicável à dívida discutida neste caso, que passou de 80% para 20%. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 140.534, tendo em vista o depósito correspondia ao valor da provisão.

(c) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 427 (dezembro 2020 – R\$ 417).

Contingências classificadas com risco de perda possível

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas dariam resultar em rendimento predeterminados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.454 (dezembro 2020 – R\$13.275). Em 03 de janeiro de 2007, foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 17.055 (dezembro 2020 – R\$ 16.697); (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 156 (dezembro 2020 – R\$153); (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.597 (dezembro 2020 – R\$5.486); (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 17.083 (dezembro 2020 – R\$16.796). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta Instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 18.951 (dezembro 2020 – R\$18.376), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 14.701 aguarda julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 17.745 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta Instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 18.883 (dezembro 2020 – R\$18.340), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 19.377, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.483. O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020, o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 36.167.

Em fevereiro de 2012, foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). O valor da causa atualizado é de R\$ 6.479 (dezembro 2020 – R\$6.381).

Em março de 2019, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração para cobrança de valores de contribuições previdenciárias supostamente devidos pelo Banco em relação a verbas pagas a título de auxílio alimentação e refeição no período de março de 2014 a dezembro de 2015. O Banco apresentou impugnação em abril de 2019 no respectivo processo administrativo. O valor da causa atualizado é de R\$ 4.754 (dezembro 2020 – R\$4.822). O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 27.874.

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda "possível" possuem valores agregados de R\$ 21.216 e R\$ 86.098, respectivamente.

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.419 (dezembro 2020 – R\$ 6.332). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.465 (dezembro 2020 – R\$ 4.336) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$1.323.

Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstruir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 6.207 (dezembro 2020 – R\$ 9.447). Cumpre ressaltar que no curso do ano de 2021 uma das ações anulatórias transitou em julgado, motivo pelo qual o valor da contingência passiva foi reduzido. Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 9.071 (dezembro 2020 – R\$ 9.340). Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com artigo 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 11.498.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez/2021 Receita / (Despesa)	Exercício / 2021 Ativo / (Passivo) Receita / (Despesa)	Exercício / 2020 Ativo / (Passivo) Receita / (Despesa)	Exercício / 2020 Ativo / (Passivo) Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 6).....	104.476	104.476	1.564.720	1.564.720
DB AG (Frankfurt).....	-	39.084	-	1.515.269
DB AG (Tokyo).....	-	7.511	-	310
DB AG (New York).....	-	56.510	-	48.984
DB AG (London).....	-	1.329	-	157
DB AG (Hong Kong).....	-	42	-	-
Aplicações em ME (I) (nota 7).....	920.719	920.719	-	-
Deutsche Bank AG London.....	-	35.436	-	-
DB AG (Frankfurt).....	-	75.823	-	-
DB AG (New York).....	-	809.460	-	-
Serviços prestados para empresas no exterior.....	40.266	102.732	71.471	117.652
DB AG (London).....	13.054	28.116	28.113	33.063
DB AG (New York).....	2.162	18.110	4.549	13.764
DB Trust Co Americas.....	4.565	10.904	4.662	9.119
DWS Investm. AU Ltd.....	-	-	-	1
DWS Group Sv. UK Ltd.....	-	-	-	5
DWS Investment GmbH.....	-	-	31	7.732
DIMA, Inc.....	-	-	18	5.761
DB AG (Cayman Isl.).....	18.765	42.789	27.253	48.031
DeAM (Japan) Limited.....	-	-	3	17
DeAM SGIIC SA.....	-	-	-	5
DWS Investm. UK Ltd.....	-	-	-	82
DWS Internat. GmbH.....	-	-	6	9
DeAM Hong Kong Limited.....	-	-	-	17
DeAM Asia Limited.....	-	-	-	11
DeAM S.A.....	-	-	-	44
DB AG Domestic Bank.....	1.190	1.301	3.472	-
DB AG Hong Kong Br.....	523	1.187	1.399	-
Sal. Oppenheim Jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien.....	-	-	6	-
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad.....	-	172	180	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española.....	-	10	10	-
DB Jacksonville.....	-	41	1.616	-
DB AG Paris Branch.....	4	-	42	-

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (8.062) (dezembro 2020 – R\$ 335), bem como do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R\$ (3.678) (dezembro de 2020 – R\$ (13.117)).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 50.000 (dezembro 2020 – zero). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 7.500 (dezembro 2020 – zero).

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimonial - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseado no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Risco operacional.....	46.275	46.419
Risco de crédito.....	439.871	457.983
Risco de moeda / cambial.....	685	7.443
Risco de juros.....	107.307	120.884
Risco de commodities.....	2	-
Total Patrimônio Líquido Exigido – PLE	594.140	632.729
Patrimônio referência.....	2.198.173	1.488.497
Margem para limite Basileia.....	1.604.033	855.768
Percentual de utilização.....	27,03%	42,51%
Índice Basileia	29,60%	18,82%
RBAN.....	31.436	9.988
Razão de alavancagem *	17,96%	12,27%

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Dezembro 2021	Dezembro 2020	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Resultado antes dos tributos e participações.....	201.904	(79.231)	201.904	(79.231)
Participações estatutárias no lucro.....	(4.245)	-	(4.245)	-
JCP.....	(50.000)	-	(50.000)	-
Efeitos marcação a mercado.....	(46.936)	25.175	(46.936)	25.175
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	9.138	18.669	9.138	18.669
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	(17.683)	138.059	(25.065)	138.059
Base de cálculo.....	92.178	102.672	84.795	102.672
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa.....	(27.653)	(29.666)	(25.439)	(30.802)
Base de cálculo após compensações.....	64.525	73.006	59.357	71.870
Impostos correntes.....	(15.538)	(16.759)	(13.434)	(12.908)
Ativo fiscal diferido.....	(39.165)	33.028	(30.889)	27.098
Reabertura DF 2020.....	16.912	-	13.530	-
Imposto de renda e contribuição social no período	(37.791)	16.269	(30.793)	14.190

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Serviços prestados a partes relacionadas.....	39.368	70.104	60.873
Rendas de garantias prestadas.....	8.241	17.882	16.826
Serviços de custódia.....	4.940	10.479	11.490
Comissão de estruturação.....	268	686	718
Comissão de colocação de títulos (fee debentures).....	-	2.214	-
Outras.....	1.223	2.326	3.363
Total	54.040	103.691	93.270

c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Proventos.....	(29.633)	(88.344)	(86.314)
Encargos.....	(13.437)	(32.675)	(37.418)
Benefícios e treinamentos.....	(8.905)	(18.146)	(19.807)
Total	(51.975)	(139.165)	(143.539)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 1º/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais realizar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 50.556 (dezembro 2020 – R\$ 59.769).

- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 10.284 (dezembro 2020 – R\$ 9.297).

- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 147 (dezembro 2020 – R\$ 597).

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, outras despesas administrativas referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Serviços de empresas no exterior (a).....	(12.036)	(28.389)	(29.124)
Serviços técnicos especializados.....	(8.798)	(16.726)	(20.698)
Processamento de dados.....	(5.757)	(11.060)	(13.406)
Serviços do sistema financeiro.....	(5.185)	(11.960)	(11.120)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.676)	(7.021)	(5.494)
Comunicação.....	(3.522)	(7.508)	(8.077)
Aluguéis.....	(2.742)	(5.418)	(4.506)
Depreciação e amortização.....	(1.898)	(3.710)	(3.381)
Serviços de terceiros.....	(1.890)	(5.992)	(2.885)
Seguros.....	(813)	(1.806)	(1.499)
Publicidade e propaganda.....	(142)	(335)	(201)
Viagens.....	(124)	(142)	(276)
Outras.....	(1.074)	(3.263)	(3.271)
Total	(47.657)	(103.330)	(103.938)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
PIS / COFINS.....	(11.097)	(17.528)	(14.160)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(4.399)	(6.193)	(2.239)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.....	(2.459)	(4.400)	(3.841)
Total	(17.955)	(28.121)	(20.240)

g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Renda de recebíveis.....	34.746	55.764	31.804
Atualização de depósitos judiciais.....	4.408	6.366	4.414
Variação cambial sobre valores a receber.....	4.138	2.890	33.533
Atualização taxa Selic - tributos.....	339	473	382
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas.....	159	318	172
Remuneração variável.....	-	4.015	1.267
Outras.....	115	149	388
Total	43.905	69.975	71.960

h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Remuneração variável.....	(8.972)	-	-
Despesas com processos judiciais / reversões.....	(2.463)	(2.485)	(5.963)
Serviços prestados por empresas no exterior (a).....	(732)	(5.622)	(21.760)
Variação monetária sobre processos judiciais.....	(1.006)	(2.014)	(3.395)
Outras.....	(119)	(1.121)	(2.566)
Despesas sobre fianças.....	-	-	(41)
Total	(13.292)	(11.242)	(33.725)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Receitas (despesas) com variação cambial.....	(2.987)	(76.531)	131.428
Receitas com exportação, importação e financeiro.....	2.449	8.527	25.452
Outras.....	(4.394)	(4.816)	(1.127)
Total	(4.932)	(72.820)	155.753

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ativo – Exposição.....	409.221	1.084.457
Passivo – Garantidor.....	(296.723)	(522.284)
Resultado líquido	112.498	562.173

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No segundo semestre de 2021, bem como nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Responsabilidade Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de autoavaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores notacionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period* (Stress Testing); medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisado periodicamente pela área de *MRM*.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (*Trading Book*) e Bancária (*Banking Book*). A carteira Bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual, para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de Juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de *MRM*, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- **IRRBB – EVE:** Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixa (pré-pagamento de operações prefixadas) e moedas;
- **IRRBB – NII:** Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- **RBAN:** O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (*Stressed Value at Risk* ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa prefixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o *time decay* (decaência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia *maturity ladder* (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA, JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- **PV01** da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

Date	Total VaR*
30-Dez-21	1.630.055
30-Jun-21	2.042.296
30-Dez-20	4.711.089

*em milhares de reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerar-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (*Watchlist*) e participação nas reuniões de atualização da *Watchlist* para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo o mesmo desempenhar outras funções no Banco, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por *rating*, prazo, produto, garantias e retornos.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

Área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

e. Responsabilidade Socioambiental

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência à Resolução nº 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam como consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.

25 OUTROS ASSUNTOS

O Banco tem acompanhado de perto os recentes acontecimentos mundiais envolvendo o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o potencial impacto sobre seus negócios, exposições de crédito e mercado, riscos operacionais, assim como de ameaças à segurança cibernética.

Globalmente o Banco possui exposições limitadas e substancialmente mitigadas para a Rússia e a Ucrânia, incluindo riscos decorrentes de suas operações locais. O risco operacional decorrente de um possível fechamento do Centro de Tecnologia Russo do Deutsche Bank também está bem controlado e não apresenta risco significativo de continuidade de negócios para o funcionamento das operações globais do Banco. Desta forma, não entendemos haver o risco de contaminação decorrentes de potencial deterioração da capacidade financeira do conglomerado Deutsche Bank.

Os efeitos de segunda e terceira ordem da situação atual, incluindo sanções e risco de segurança cibernética, estão sendo cuidadosamente avaliados e monitorados. Diante disso, o Banco busca continuamente aperfeiçoar as capacidades de proteção com base nas informações de inteligência mais recentes de forma que eventuais impactos sejam tempestivamente controlados ou mitigados.

DIRETORIA

Betina Machado Ferraz
 Eduardo Saito
 Guilherme Bernasconi Daniel
 Ricardo Andrade Cunha
 Rui Fernandes Ramos Alves

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jaime Castromil Lassala

CONTADORA

Elaine Nascimento
 CRC 1SP 201003/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04 (conforme alterada pela Resolução CMN nº 4.910/21), o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), instituiu o Comitê de Auditoria ("Comitê"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2021 e realizou a reunião de encerramento no dia 24 de março de 2022.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios

de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2021. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 24 de março de 2022.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores, descrito na referida nota explicativa. Em 29 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras do Banco, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.231.944 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 145.522 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origemação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da correção de erros descritos na Nota Explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de março de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 5 anteriormente mencionada que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP034519/O-F

Gilberto Bizerra de Souza
 Contador CRC- RJ076328/O-2

Márlia Nascimento Soares
 Contadora CRC-SP301194/O-9

www.db.com/brasil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 em 29/03/2022 19:32

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/DEUSTICHE1561309729032022.pdf>

Hash:16485067215fef316a21054ddaebb35c5bcb58cfa